

Faculdade de Direito da UFMG

Colegiado de Graduação em Direito

Versão Curricular: 2022/2

Departamento: DIN

Nome da Disciplina: Tópicos em Direito Processual Penal C – Direito Penal Econômico:

Crimes em Espécie

Código: DIN 017

Tipo: Optativa

Carga Horária Total: 30h/a Créditos: 2

Pré-requisitos/Conhecimentos prévios:

Direito Penal I e Direito Penal II

Número de Vagas: 35

Ementa:

Peculiaridades dos tipos no Direito Penal Econômico. Crimes contra o sistema financeiro. Crimes contra o mercado de capitais. Crimes contra a concorrência. Crimes tributários. Crimes Crimes contra as licitações e contratos públicos. Lavagem de Capitais.

Bibliografia Básica:

BACIGALUPO, Enrique. Derecho penal económico. 1º edición. Hammurabi: ed. [S. l.], 2005.

BADARÓ, Tatiana. Criminalidade econômica em debate. Porto Alegre: Núria Fabris, 2018.

LOBATO, José Danilo Tavares; MARTINELLI, João Paulo Orsini; SANTOS, Humberto Souza [Orgs.]. Comentários ao Direito Penal Econômico Brasileiro. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús María. Fundamentos del Derecho penal de la Empresa. 1ª edição. Madrid. España: Edisofer, 2016.

Bibliografia Complementar:

BITENCOURT, César Roberto; BREDA, Juliano. Crimes contra o sistema financeiro nacional e contra o mercado de capitais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz; BADARÓ, Gustavo Henrique. Lavagem de dinheiro: aspectos penais e processuais penais. 3 ed. São Paulo: RT, 2016.

BREDA, Juliano; COSTA, Regina Helena Lobo da. Crimes de licitação e contratações públicas. São Paulo: RT, 2021.

CARUSO, T. Um panorama das dificuldades dogmáticas decorrentes da estrutura dos tipos da Lei nº 7.492/1986. Revista do Instituto de Ciências Penais, Belo Horizonte, v. 6, n. 2.

CAVALLI, Marcelo Costenaro. Manipulação do mercado de capitais. São Paulo: Quartier Latin, 2018.

COSTA, Regina Helena Lobo da. Crimes de licitação e contratações públicas. São Paulo: RT, 2021.

DE GRANDIS, Rodrigo. Direito penal econômico: Crimes financeiros e correlatos. São Paulo: Saraiva, 2011.

ESTELLITA, Heloísa. Crimes previdenciários: arts. 168A e 337A do CP: aspectos gerais. Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 8, n. 36, out-dez 2001.

ESTELLITA, Heloisa; GRECO, Luís. Empresa, quadrilha (art. 288 do CP) e organização criminosa. Uma análise sob a luz do bem jurídico tutelado. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 19, n. 91, jul./ago. 2011.

HIRSCH, Andrew von; WOHLERS, Wolfgang. La teoría del bien jurídico. Madrid: Marcial Pons, 2007.

HORTA, Frederico. Elementos normativos das leis penais e conteúdo intelectual do dolo. São Paulo: Marcial Pons, 2016.

HORTA, Frederico. Entre o desvio de recurso e o desvio de gestão: limites objetivos do peculato em confronto com outras formas de administração infiel do patrimônio público. REC, ano XX, n. 81, abr-jun 2021, Porto Alegre: Tirant lo Blanch / Itec- PUCRS.

LEITE, Alaor. Domínio do fato ou domínio da posição? Autoria e domínio do fato no direito penal brasileiro. Curitiba: Centro de Estudos Professor Dotti, 2016.

LEITE, Alaor; BORGES, Ademar. Parâmetros interpretativos para a criminalização do não recolhimento de ICMS próprio. Jota: Penal em Foco. Dez 2019.

MACHADO, Hugo de Brito. Crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINEZ, Ana Paula. Repressão a carteis. São Paulo: Singular, 2013.

QUINTÃO E SILVA FILHO, S. Ocultar ou dissimular de quem? Por uma interpretação restritiva dos verbos nucleares da lavagem de dinheiro. Revista do Instituto de Ciências Penais, Belo Horizonte.

RÖNNAU, T.; BECKER, C. Evitação do dolo por dirigentes de empresas nos delitos relacionados à atividade empresarial. Revista do Instituto de Ciências Penais, Belo Horizonte, v. 7, n. 1 (aberto).

SCHMIDT, Andrei Zenkner; FELDENS, Luciano. O crime de evasão de divisas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

TEIXEIRA, Adriano; HORTA, Frederico. «Contenido de injusto y punibilidad del autoblanqueo de capitales. », InDret.